

MINISTRA DA AGRICULTURA, CONFEDERAÇÕES DA AGRICULTURA E EURODEPUTADOS DEBATERAM OS DESAFIOS DA NOVA PAC

Confederações convergem nos receios quanto ao futuro da PAC mas divergem na transferência de verbas do segundo para o primeiro pilar

Págs. IV e V



Destaque

Ana Sofia Santos é a diretora-geral do laboratório colaborativo

FeedInov reúne "condições ímpares para fazer investigação em alimentação animal"

Pág. III



Destaques

Governo ignora recomendação do Parlamento e muda tutela dos animais de companhia para o Ambiente

Pág. II

Líder espanhola dos chocolates (Valor) compra maior empresa portuguesa do setor (Imperial)

Pág. VI

"Há que promover uma região demarcada do medronho para alavancar o setor"

Pág. VIII

Governo ignora recomendação do Parlamento e muda tutela dos animais de companhia para o Ambiente

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Um projeto de resolução do PCP que recomendava ao Governo que a tutela dos animais de companhia, incluindo dos errantes, não transitasse da alçada do Ministério da Agricultura (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária - DGAV) para o Ministério do Ambiente e da Ação Climática (Instituto da Conservação da Natureza e Florestas - ICNF) foi aprovado em novembro na Assembleia da República. Votaram a favor toda a esquerda e direita com representação parlamentar: BE, PEV, PSD, CDS e Iniciativa Liberal.

Indiferente, o Executivo de António Costa insistiu na decisão anunciada em julho de 2020 e aprovou, quase um ano depois, na reunião de Conselho de Ministros de 25 de março, a transferência de competências em matéria de bem-estar dos animais de companhia para o Ministério do Ambiente e da Ação Climática.

No meio do coro de críticas ao Governo pela tomada desta decisão, surge a Ordem dos Médicos Veterinários (OMV). A estrutura fala de "um erro histórico de consequências imprevisíveis" e apela ao Presidente da República e às autarquias para que façam reverter esta "má decisão".

"Esta alteração orgânica é desastrosa para a execução dos planos de controlo e para os sistemas de alerta de doenças e terá consequências graves para a saúde pública, nomeadamente a possibilidade de ressurgirem em Portugal doenças já erradicadas, como a raiva", afirma o bastonário da OMV, Jorge Cid, em comunicado. E lamenta que o Governo tenha "ignorado a opinião de técnicos especialistas nacionais e internacionais, que consideraram, publicamente e de forma unânime, que a saúde das populações e dos próprios animais pode ficar em risco".

A Ordem dos Veterinários não está sozinha. Mais de 40 associações e confederações subscreveram uma carta aberta dirigida ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da República, alertando para as "consequências negativas" desta transferência de competências.

DGAV mantém-se como "autoridade sanitária veterinária nacional"

Após o comunicado do Conselho de Ministros, os ministérios do Ambiente, primeiro, e da Agricultura, depois, enviaram comunicados às redações a explicar a decisão tomada em Conselho de Ministros horas antes.

O Ministério da Agricultura é lacónico. Apenas dá conta da aprovação de "um conjunto de diplomas tendo em vista a concretização da temática rela-



cionada com o bem-estar de animais de companhia", mediante a transferência de competências entre a DGAV e o ICNF. E diz que "esta transferência cinge-se exclusivamente às matérias relacionadas com o bem-estar de animais de companhia, ficando salvaguardado o papel da DGAV enquanto autoridade sanitária veterinária nacional, com todas as competências relativas às matérias de saúde animal".

A Ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, sublinha que, apesar desta transferência de competências, "a DGAV terá sempre de ser ouvida na definição, execução e avaliação das políticas de bem-estar, detenção, criação, comércio e controlo de animais de companhia, no âmbito das suas competências, devendo ser cumpridas as suas orientações em matéria de saúde animal".

O Ministério de Maria do Céu Antunes dá ainda nota da criação da figura do Provedor do Animal. Ficará sob a direção conjunta da Ministra da Agricultura e do Ministro do Ambiente e da Ação Climática e terá a missão de "garantir a defesa e a promoção do bem-estar animal".

Cerca de três milhões de animais de companhia registados

O Ministério do Ambiente, tutelado por João Pedro Matos Fernandes, vai mais longe, afirmando que "a necessidade de proteção dos animais face a atos de crueldade, abandono e maus-tratos tem vindo a recolher um consenso cada vez mais alargado" e que, nas sociedades contemporâneas, os animais de companhia fazem parte da maioria dos agregados familiares". Há já em Portugal "cerca de três milhões de animais de companhia registados".

"Justifica-se, pois, um tratamento

autónomo e reforçado neste domínio, dando cumprimento ao compromisso do Governo para uma melhoria qualitativa da política pública de bem-estar dos animais, mais eficaz e consentânea com as melhores práticas internacionais", diz o Ministério do Ambiente.

Para acolher estas melhorias, foi aprovado um decreto-Lei que aprova a revisão da orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, um decreto regulamentar que institui o Provedor do Animal e uma resolução do Conselho de Ministros que aprova o Programa Nacional para os Animais de Companhia. Este último, diz o Ministério do Ambiente, "constitui uma mudança de paradigma, instituindo medidas de promoção do tratamento condigno dos animais de companhia, de combate a fenómenos como o abandono ou a superpopulação e de alternativas à institucionalização em alojamentos".

As mudanças vão operar em 10 passos "a iniciar ainda em 2021" e que serão conduzidas pelo ICNF, tutelado pelo Ministério do Ambiente, no quadro das suas novas atribuições. Competir-lhe-á "definir, executar e avaliar políticas de bem-estar, detenção, criação, comércio e controlo de animais de companhia, medidas a desenvolver em articulação com as entidades relevantes, em especial com os municípios e com as associações zóofilas".

Já o estatuto do Provedor do Animal, figura prevista no Programa do Governo e inscrita na Lei do Orçamento do Estado para 2021, o mesmo atribui ao titular deste cargo – figura ainda a designar – a missão de defesa do bem-estar animal, "promovendo uma atuação mais eficaz e coordenada do Estado, nomeadamente através do acompanhamento da atuação dos poderes públicos no cumprimento da legislação aplicável".

Autossuficiência na carne de porco perto de 79%

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Em contraciclo com a tendência dos mercados face à crise da Covid-19, o setor da suinicultura portuguesa cresceu no último ano. E apresenta "perspetivas animadoras" para 2021, nomeadamente nas vendas para o exterior, que, o ano passado, representaram cerca de 6,7% das exportações portuguesas do complexo agroalimentar, atingindo valores na ordem dos 191 milhões de euros (30,6% da produção suinícola nacional). A China e Angola continuam a ser os principais mercados de exportação.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgados em março pela Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores (FPAS), a produção suinícola nacional atingiu mais de 302 mil toneladas de carne de

"Os nossos principais importadores são a China e Angola, mas a meta é atingir o mercado global. Para isso, temos de ser bastante competitivos, sendo fundamental derrubar barreiras burocráticas e implementar práticas cada vez mais enraizadas em Portugal promotoras do bem-estar animal e da sustentabilidade", refere Vítor Menino, presidente da FPAS.

porco no último ano, ou seja, uma variação positiva de 8,19% face a 2019, que ficou abaixo das 280 mil toneladas.

De acordo com a FPAS, estes valores representam uma autossuficiência a rondar os 79% do consumo interno, em contraste com os 68% do ano anterior, permitindo reduzir as importações na ordem dos 11%.

No total, e apesar da pandemia, o setor suinícola manteve a sua atividade a laborar e somou 1,2 mil milhões de euros no ano passado, o que representa o acumulado do valor da produção e da indústria. Apenas o nível de consumo de leitão teve um impacto negativo, afetado pelo encerramento do canal horeca.

A produção suinícola em 2020 representou 8% de toda a produção agrícola nacional.

Dados do INE, no relatório de Contas Económicas da Agricultura de 30 de setembro de 2020, referem ainda que houve uma diminuição dos preços de base (-1,4%), que reflete a redução da procura nacional.

LABORATÓRIO COLABORATIVO ARRANCOU COM 1,6 MILHÕES DE EUROS DE FINANCIAMENTO

FeedInov reúne “condições ímpares para fazer investigação em alimentação animal”

O FeedInov CoLab, consórcio criado em 2020 por 19 instituições parceiras do setor associativo, empresarial e do sistema científico, quer responder aos grandes desafios do setor da produção animal em Portugal. Está sediado na EZAN – Estação Zootécnica Nacional (Pólo de Santarém do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária – INIAV) e tem como principal acionista a IACA – Associação dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais. Em entrevista à “Vida Económica”, Ana Sofia Santos, diretora executiva em funções desde 1 de janeiro, garante: O FeedInov reúne “condições ímpares para fazer investigação em alimentação animal”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Há em Portugal cinco laboratórios colaborativos (CoLab) na área do setor agroalimentar e da produção animal. São eles: o BlueEconomy B2E (promove a bioeconomia azul e contribui para novos usos e valorização dos recursos vivos naturais marinhos), o CoLab4Food (opera em atividades de investigação e desenvolvimento no setor alimentar), o InovPlantProtect (cria soluções inovadoras de base biológica para proteger as culturas de pragas e doenças), o SFCoLab (faz inovação digital na agricultura) e o FeedInov (desenvolve estratégias e soluções de alimentação inovadoras para uma produção animal sustentável).

Os laboratórios colaborativos, cujo estatuto é atribuído pela Fundação para Ciência e a Tecnologia por cinco anos, renovável, são acompanhados na sua atividade pela ANI - Agência Nacional de Inovação, para cuja presidência (2021-2023) foi nomeada há dias, pela primeira vez, uma mulher: Joana Mendonça, professora associada de Gestão da Inovação do Instituto Superior Técnico (IST).

Manuel Heitor, ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, explicou

no final de março que, até dezembro de 2020, o financiamento público disponibilizado através de fundos públicos, nacionais e comunitários, para a criação e promoção de todos os CoLAB – já há 35 laboratórios colaborativos a nível nacional, que agregam cerca de 300 entidades, incluindo mais de 120 empresas – ascendeu a 68,6 milhões de euros. Desde 2017, já contribuíram para a criação direta de 466 empregos altamente qualificados, 33% dos quais ocupados por doutorados.

O FeedInov é uma dessas estruturas. Ana Sofia Santos, engenheira zootécnica, 44 anos, explica à “Vida Económica” que estes laboratórios colaborativos têm como “principal objetivo criar emprego altamente qualificado e fazer a ligação que ainda não existe entre a academia e o mundo empresarial, porque ainda existe um afastamento grande”.

“Funcionamos como articuladores de colaborações”

“No nosso caso, as entidades que integram o consórcio permitem condições ímpares, inigualáveis, para fazer investigação em ciência animal, no geral, e em alimentação animal, em particular, porque temos agregados todos os centros de investigação e universidades que trabalham na área dentro do consórcio e conseguimos colaborar – é esse, justamente, o objetivo – e trabalhar de forma colaborativa com todos para resolver problemas”, acrescenta a diretora executiva daquele CoLab.

O modo de operar é este: “As empresas dão-nos o seu feedback do mercado, transmitem-nos quais são as suas preocupações e necessidades e nós, que estamos aqui no meio e recebemos ‘inputs’ de todos os lados, vamos estudar e buscar soluções. Funcionamos muito como articuladores de colaborações”, diz.

A tarefa que assumiu em janeiro ao serviço do FeedInov é complexa. Entre

outras funções, o FeedInov quer “perceber a contribuição dos alimentos para a neutralidade carbónica e estudar ingredientes que reduzem a dependência externa que Portugal tem de matérias-primas para a alimentação animal, que é o hoje o maior custo de produção da pecuária”.



Ana Sofia Santos é a diretora-geral do laboratório colaborativo FeedInov.

Antes de assumir a Direção-Geral do FeedInov, Ana Sofia Santos foi professora convidada de Produção Animal na UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e cofundadora da “spin-off” da UTAD “Ruralidade Verde”. Também foi investigadora bolsista no programa de pós-doutoramento de gestão de efluentes do projeto “SUSTAINSYS” e assume ainda a presidência da APEZ - Associação Portuguesa de Engenharia Zootécnica e a vice-presidência da Animal Task Force, organização europeia de entidades de I&D de cariz público-privado.

O FeedInov iniciou a atividade com 1,6 milhões de euros de capital, público e privado, mas quer “duplicar essa verba”

a breve prazo, através, nomeadamente, de captações externas por via de serviços prestados às empresas associadas e a outras entidades. “Já recebemos imensas solicitações, algumas até inesperadas e de fora do setor”, revela Ana Sofia Santos.

Otimização do fator de produção mais oneroso da produção animal

Todos os recursos angariados visam um objetivo: desenvolver “ingredientes inovadores, endémicos e sustentáveis para a alimentação animal”. Entre eles, até, “estudar insetos, microalgas ou variantes de fava e tremço não adequadas à alimentação humana”.

O FeedInov terá, pois, nos próximos anos, “um papel preponderante na otimização do fator de produção mais oneroso da produção animal, o que é crucial para criar riqueza para Portugal numa área que tem contribuído positivamente para a nossa balança comercial”, afirma Ana Sofia Santos.

A engenheira zootécnica tem “particular interesse na contabilização dos serviços ecossistémicos gerados pela produção animal e na avaliação de medidas fiscais de discriminação positiva para os sistemas de produção que mais contribuem para a neutralidade carbónica”.

Mas há outros objetivos, como gerar conhecimento acerca da contribuição de determinado alimento para a neutralidade carbónica, avaliando o ciclo de vida desse alimento, bem como dar ferramentas às empresas para responderem às exigências dos consumidores e aos desafios das novas políticas europeias – PE-PAC, Pacto Ecológico Europeu, Do Prado ao Prato e Programas de Resiliência.

A estes juntam-se ainda “os desígnios de trazer ciência à discussão pública sobre a alimentação e intensificar a zootecnia 4.0 em Portugal, aumentando a automatização e rentabilizando a eficiência da internet das coisas nesta área”.

FeedInov: 19 instituições parceiras, incluindo três universidades

Para além da IACA - Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais, principal acionista do FeedInov, integram o consórcio deste laboratório colaborativo o INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária) e três universidades: a UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto e a Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa.

Ao FeedInov estão também associados dois centros de investigação: o REQUIMTE e o INESC TEC, assim

como onze empresas: Avenal Petfood, S.A., Finança Agro-Alimentar, S.A., Ingrediente Odissey, Lda., Allmicroalgae - Natural products, S.A., Raporal, S.A., Ricogado Nutrição, S.A., Sorgal - Sociedade de óleos e rações, S.A., Racentro - Fábrica de rações do centro, S.A, Tecnipec - Serviços Pecuários, S.A., TNA - Tecnologia e Nutrição Animal, S.A., Zoopan - Produtos pecuários, S.A.

Só a IACA integra 58 associados, empresas de alimentos compostos para animais, pré-misturas e aditivos, representando mais 80% da produção nacional de alimentos compostos para animais e a

totalidade das pré-misturas de produção nacional.

Os principais destinos da produção desta indústria são a alimentação para animais de estimação e para as explorações pecuárias. Para estas últimas, que representam 2760 milhões de euros e 38% da economia agrícola nacional, a alimentação animal constitui o maior fator de produção.

Recorde-se que o setor da alimentação animal tem um impacto direto em 46 000 explorações especializadas em Portugal e em 37 780 mistas (atividade agrícola e pecuária).



Jaime Piçarra é o diretor-geral da IACA - Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais.

MINISTRA DA AGRICULTURA, CONFEDERAÇÕES DA AGRICULTURA E EURODEPUTADOS DEBATERAM OS DESAFIOS DA NOVA PAC

Confederações convergem nos receios quanto ao futuro da PAC mas divergem na transferência de verbas do segundo para o primeiro pilar

Com o novo Quadro Financeiro Plurianual (QFP 2021-2027) da União Europeia (UE-27) aprovado, caberão a Portugal 29,8 mil milhões de euros, mais 15,3 mil milhões do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR – “Next Generation EU”). No âmbito da PAC – Política Agrícola Comum, o país assegura “9400 milhões para os próximos sete anos”, garante a ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes. Ora, se o montante dos fundos de Bruxelas não motiva divergências entre as três confederações agrícolas, já a sua aplicação não gera acordo. A CAP quer mais transferências de verbas do segundo pilar (desenvolvimento rural/investimento) para assegurar pagamentos diretos aos agricultores (primeiro pilar). A CONFAGRI é contra, porque “o investimento é fundamental para o futuro”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Foi uma semana particularmente importante para a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) a que decorreu entre 22 e 26 de março, em Bruxelas, sob a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia (UE), admitiu esta segunda-feira a ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, na conferência digital organizada pela “Vida Económica” sobre os desafios para Portugal da nova PAC 2023-2027.

Terminado o último Conselho Europeu de Agricultura e Pescas (AgriFish) a 22 e 23 de março, a que se seguiram dois trilogos e um supertrilogio entre o Conselho Europeu, o Parlamento e a Comissão para discussão conjunta dos três regulamentos, a ministra da Agricultura acabou por admitir que todo o processo negocial, que começou “há três anos, há seis presidências atrás”, “é muito mais técnico do que político”. E confronta-se com “um calendário muito exigente de discussões”, ainda que o balanço seja positivo, uma vez que o trilogio foi “bem-sucedido” e foi possível “dirimir algumas das dificuldades que estavam a ser um entrave às negociações”.

Apesar do “muito trabalho que falta fazer” – “falta discutir a arquitetura verde e a dimensão social” –, houve “um avanço bastante significativo”, diz a governante. Garante que “todos estamos empenhados em poder concluir esta reforma durante a presidência portuguesa”, com vista a “assegurar previsibilidade” aos agricultores e às instituições.

Isso mesmo já havia sido assegurado por Maria do Céu Antunes na última sexta-feira, no final da maratona de negociações, quando afirmou, ainda em Bruxelas, que “a presidência [portuguesa] continuará



Em dezembro de 2020, a ministra da Agricultura de Portugal, Maria do Céu Antunes (à direita), e o ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos, receberam da ministra da Agricultura alemã, Julia Klöckner, os símbolos da transição da presidência rotativa do Conselho da União Europeia.

empenhada e com espírito de abertura para trabalhar na construção de posições de equilíbrio entre as três instituições [europeias], no sentido de alcançar o acordo da reforma da PAC até ao final do semestre”. Em relação a Portugal, disse que, “estamos a trabalhar com o objetivo de ter o plano estratégico concluído até ao início do próximo semestre”.

Cada plano estratégico, recorde-se, terá como base as recomendações da Comissão, que serão juridicamente não vinculativas e específicas por país. E, pela primeira vez, Portugal terá um plano estratégico único para o continente, Madeira e Açores. Os debates ministeriais sobre os três regulamentos da PAC incidiram sobre temas como os planos estratégicos, o novo modelo de aplicação, o direcionamento dos pagamentos, a gestão do mercado e medidas excecionais. Os três regulamentos, frisou Maria do Céu Antunes, constituem a PAC “como um todo”.

Em matéria de pagamentos diretos, justamente, houve entendimento sobre a aplicação obrigatória da definição de agricultor ativo. E houve “uma aproximação” quanto ao apoio direcionado aos jovens agricultores.

Divergências na degressividade dos pagamentos diretos

Onde há divergências é nos chamados mecanismos de degressividade dos pagamentos diretos, onde o Conselho Europeu sugere um nível mínimo de convergência interna de 85% até 2026, ao passo que o Parlamento Europeu quer uma convergência a 100% até ao final do período de programação (2027). A ministra da Agricultura diz que a Comissão “acompanhou construtivamente as propostas da presidência [portuguesa]”.

Houve ainda “entendimentos” para o setor do vinho. Nomeadamente quanto à “extensão do regime de autorização de

plantação de vinha até 2045 e às regras de desalcooção” (“a Comissão ficou de estudar medidas excecionais para o setor, que está a ser muito fustigado pela pandemia”) e, ainda, para “reforçar a posição dos agricultores na cadeia de valor”.

Portugal assumiu a presidência do Conselho da UE num momento “sensível da nossa história coletiva”, uma vez que “a pandemia causou uma disrupção sem precedentes a nível global”, lembrou a governante. Daí o lema “é tempo de agir”, que fez questão de sublinhar, salientando o desejo de uma “Europa mais global, mais verde, mais social, mais digital e mais inclusiva, onde ninguém fica para trás”.

A governante frisou as três grandes prioridades traçadas: primeiro, a recuperação da Europa para dar resposta aos efeitos económicos provocados pela pandemia, mas com uma condição: que “esta alavanca seja feita a partir da transição climática e digital”. Depois, “o pilar social da União Europeia, como elemento essencial para uma transição justa e inclusiva”. Por fim, “o reforço da autonomia estratégica, de uma Europa que se quer aberta ao mundo para garantir capacidade de resposta a crises como esta”.

Revelou que “vamos agora retomar de forma mais intensiva o debate da arquitetura verde” da nova PAC, que envolve regimes ecológicos, que visam incentivar ainda mais os agricultores a adotarem práticas respeitadoras do clima e do ambiente, inclusive sob a forma de pagamentos diretos. Maria do Céu Antunes assegurou que todos estão “muito empenhados, com espírito de grande abertura, para trabalhar na obtenção de posições de equilíbrio entre as três instituições” europeias.

CAP: sem acordo até junho, “difícilmente teremos PAC em 2023”

“Este processo de negociação da nova PAC é muito longo”, lamentou Luís Mira,

secretário-geral da CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal, lembrando que “o primeiro documento foi apresentado pela Comissão em novembro de 2017, o comissário Phil Hogan apresentou o PE-PAC em julho de 2018 e só se iniciaram as negociações do trilogio em 2021”. “Espero que esta previsão de ter as negociações fechadas até junho se concretize”, porque, “se isso não acontecer, dificilmente teremos PAC em 2023”, avisou.

O responsável da CAP frisou que esta negociação faz-se tendo como pano de fundo o ‘Green Deal’ – Pacto Ecológico Europeu, mas também lembrou que, às vezes, ouve “intervenções da Comissão em que parece que houve uma alteração do Tratado de Roma relativamente à PAC”. Contudo, ele “ainda se mantém”, diz. “O artigo 39º está lá”. E define objetivos específicos, como seja incrementar a produtividade agrícola, fomentando o progresso técnico e assegurando o desenvolvimento racional dos fatores de produção; assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola; estabilizar os mercados; garantir a segurança dos abastecimentos; assegurar preços razoáveis aos consumidores.

O secretário-geral da CAP deixou outro alerta. “Quando olho para o ‘Green Deal’ ou o ‘Farm to Fork’ [Estratégia do Prado ao Prado, em defesa de um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente] e todos os documentos de ambição da Comissão, não posso deixar de fazer um paralelismo com o processo da aquisição das vacinas da Covid e a ingenuidade com que agiu, pensando que, ao comprar barato, ia ser servida como os outros. Espero que o Parlamento [Europeu] e o Conselho não sigam essa ingenuidade”, disse Luís Mira. Isto porque “é ingénuo pensar que vamos produzir com regras extremamente duras em termos ambientais e de bem-estar animal, mas que, depois, não vamos exigir as mesmas condições de produção exigidas na UE aos mesmos produtos que

são importados de países terceiros”. Além de que, diz, “estamos a importar cada vez mais produtos diferentes dos que produzimos cá, estamos a enganar o consumidor e a matar a produção nacional”.

Transferência de verbas entre pilares da PAC

A CAP entende que “Portugal tem de aproveitar a flexibilidade do PePAC” (Plano Estratégico da PAC) para “tornar a PAC mais justa e eficiente”, nomeadamente “convergir nos pagamentos para que sejam mais iguais em todo o país”, “permitir a todos que beneficiem da PAC, prolongando os apoios a toda a superfície agrícola útil”. Para isso, diz Luís Mira, “temos de utilizar as ferramentas ao dispor, por exemplo, transferir verbas do segundo para o primeiro pilar. Desta forma estaremos mais próximos daquilo que são as PAC dos países que dominam a agricultura na Europa”.

Recorde-se que a Portaria n.º 148-B/2020, de 19 de junho, assinada pela ministra da Agricultura, previu que ao envelope financeiro destinado ao segundo pilar (investimento) na futura PAC 2021-2027 para Portugal já tivesse sido retirado, por antecipação, o montante de 85 milhões de euros. Tudo ao abrigo da flexibilidade entre pilares prevista no artigo 14º do Regulamento (UE) n.º 1307/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, para assegurar pagamentos diretos, ou seja, apoios ao rendimento de base.

CONFAGRI: “Defender prioritariamente a produção”

E é nesta matéria da transferência de verbas entre pilares da PAC que CAP e CONFAGRI divergem.

Na conferência organizada pela “Vida Económica”, Francisco Silva, secretário-geral da CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, foi claro: “Para conseguir continuar a produzir de forma sustentável, com respeito pelos recursos naturais, a nova PAC tem de dar resposta e criar novas oportunidades, apoiando métodos de produção sustentáveis, inovando nos produtos e no comércio e garantindo a segurança dos alimentos”.

A Confederação garante que “defende prioritariamente a vertente da produção e é contra a transferência de recursos financeiros do segundo pilar para o primeiro na futura PAC”. É que, diz Francisco Silva, “o investimento é fundamental para o futuro”.

“A agricultura portuguesa necessita de meios financeiros para investir na produção e nos novos desafios climáticos. A nossa estrutura produtiva ainda é débil, devemos continuar a apoiar a modernização das explorações, no acesso às novas tecnologias, na gestão e utilização de recursos hídricos, nos circuitos de comercialização, com o apoio das cooperativas e agrupamentos de produtores”, como está plasmado na estratégia “Do Prado ao Prado”. Só assim, sublinha, “se reforça a posi-

Maria do Céu Antunes Ministra da Agricultura

“Vamos retomar de forma mais intensiva o debate da arquitetura verde da nova PAC, que envolve regimes ecológicos que visam incentivar práticas respeitadoras do clima e do ambiente. Estamos muito empenhados para obter posições de equilíbrio entre as três instituições europeias.”



Luís Mira Secretário-Geral da Confederação dos Agricultores Portugueses (CAP)

Portugal tem de aproveitar a flexibilidade da PAC. Temos de utilizar as ferramentas ao dispor, por exemplo, transferir verbas do segundo para o primeiro pilar, para estarmos mais próximos das PAC dos países que dominam a agricultura na Europa.”



Francisco Silva Secretário-geral da Confederação das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (CONFAGRI)

“A CONFAGRI defende prioritariamente a vertente da produção e é contra a transferência de recursos financeiros do segundo pilar para o primeiro na futura PAC. O investimento é fundamental para o futuro. A agricultura necessita de meios financeiros para investir na produção.”



Pedro Santos Dirigente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA)

“Esta PAC e esta reforma continuam o caminho iniciado há algum tempo, com uma completa liberalização do mercado, onde os mecanismos de intervenção dos Estados e da UE de controlo e regulação quase não existem, deixando os agricultores expostos a concorrências muito desleais.”



ção dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar”.

O secretário-geral da CONFAGRI lembrou que “o futuro da agricultura estará condicionado pelo que será a coerência entre a PAC, o Pacto Ecológico e a política comercial da União Europeia”, sublinhando que “a produção agrícola tem de contribuir e dar resposta à segurança alimentar dos cidadãos europeus e que Portugal precisa de continuar a produzir bens alimentares de qualidade, substituindo importações e exportando”.

Francisco Silva foi taxativo: “Para conseguir continuar a produzir de forma sustentável, com respeito pelos recursos naturais, a nova PAC tem de dar resposta e criar novas oportunidades, apoiando métodos de produção sustentáveis, inovando nos produtos e no comércio e garantindo a segurança dos alimentos”.

Para a CONFAGRI, “investir é construir o futuro e acreditar que a agricultura tem futuro”. Defendem, também, “uma gestão

eficaz e criteriosa dos recursos hídricos, aumentando a capacidade de armazenagem e da área de regadio”, desenvolvendo “produções amigas do ambiente, como a produção biológica”.

Numa outra vertente, “também devemos ter presente o equilíbrio territorial, dos incêndios, da maior equidade na distribuição dos apoios”, diz a CONFAGRI. E “não esquecer que existem milhares de agricultores produtores que não têm apoios da PAC”.

CNA: “A PAC ignora a uberização do setor agrícola”

A par das preocupações com o futuro da PAC, a situação da agricultura familiar em Portugal está a preocupar a CNA – Confederação Nacional da Agricultura.

Pedro Santos, dirigente da Confederação, lembrou na conferência da “Vida Económica” que “2020 não foi um ano bom para os agricultores” e que “a agricultura

não está imune à pandemia”. “Quanto aos agricultores familiares, os resultados que pode ter havido num ou outro segmento não estão refletidos no seu rendimento. Muito pelo contrário. Os prejuízos foram muitos, milhares de pequenos e médios agricultores ficaram sem qualquer canal de escoamento dos seus produtos”, alertou o dirigente, frisando que “estamos a falar de um setor que nunca parou e que esteve na linha da frente da pandemia, produzindo alimentos seguros e qualidade para alimentar a população”.

A CNA diz que assiste a “uma baixa generalizada dos preços ao produtor e a um aumento muito complicado dos preços dos fatores de produção, agora muito patente com o aumento dos preços dos cereais, que já está a ter um impacto no preço das rações e, por consequência, na produção pecuária que, depois, não consegue refletir esse aumento dos preços no preço a que vende os seus produtos”, disse Pedro Santos.

São precisas “respostas concretas do Ministério da Agricultura”, diz o dirigente. No entanto, “o que temos visto é um quase permanente anúncio de muitos milhões, milhões esses que são os normais pagamentos da PAC e apenas uma ínfima parte é que diz respeito a medidas extraordinárias”, lamentou o dirigente da CNA. Pior: “As medidas, muitas vezes, não estão adaptadas aos setores e à pequena e média agricultura”.

A Confederação avisa: se não houver apoios para minimizar os prejuízos do último ano, “os agricultores ficam completamente expostos àquilo que é o poderoso mercado”. E falando já no âmbito da PAC, lembrou “a ausência de medidas de controlo do mercado e do seu funcionamento”, explicando que “esta PAC e esta reforma continuam o caminho iniciado há algum tempo, com uma completa liberalização do mercado, onde os mecanismos de intervenção dos Estados e da UE de controlo e regulação quase não existem, deixando os agricultores, principalmente os pequenos e médios, expostos a concorrências muito desleais”.

“Do que conhecemos, na próxima PAC nada de significativo se vai alterar nesta matéria. E, se assim continuar, não vamos melhorar a posição dos agricultores na distribuição de valor ao longo da fileira”, alerta a CNA.

“Estamos a observar a entrada da grande distribuição na produção primária, com aquilo a que os espanhóis chamam a uberização do setor agrícola, e o que vemos é que esta reforma da PAC ignora estes movimentos”, afirmou Pedro Santos. E concluiu: “Esta não é apenas uma preocupação da CNA; essa preocupação estava nos documentos de consulta pública da Comissão Europeia”.

A conferência da “Vida Económica” sobre os “Desafios e oportunidades da nova PAC para Portugal” contou ainda, na ‘plateia’, com os eurodeputados Álvaro Amaro (PSD), Isabel Carvalhais (PS), Francisco Guerreiro (independente), Sandra Pereira (PCP), Nuno Melo (CDS) e Marisa Matias (BE). Moderou a sessão o ex-ministro da Agricultura Arlindo Cunha.

Líder espanhola dos chocolates (Valor) compra maior empresa portuguesa do setor (Imperial)

Volvidos cerca de seis anos sobre a aquisição, a 100%, pelo Fundo Vallis Sustainable Investments I, em meados de 2015, deixando de pertencer ao grupo RAR, a fábrica de chocolates Imperial, em Vila do Conde, acaba de ser vendida à Chocolates Valor, líder do setor em Espanha. O montante da operação não foi revelado, nem sequer o volume de negócios da empresa portuguesa de chocolates em 2020 ou o número de colaboradores à data da alienação. A operação ainda “está sujeita à aprovação das Autoridades da Concorrência”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



Manuela Tavares de Sousa, CEO da Imperial.

Foi adquirida ao grupo RAR pelo fundo Vallis Sustainable Investments I em 2015 e, dois anos depois, em setembro de 2017, a Fábrica de Chocolates Imperial, que detém as marcas Regina, Jubileu, Pintarolas, Allegro e Pantagruel, inaugurou, na presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e do então ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, uma nova unidade industrial em Azurara, Vila do Conde, lateral à primeira fábrica. Um investimento de seis milhões de euros.

A alienação à Valor foi comunicada agora, março de 2021, mas, em janeiro de 2019, o mesmo Fundo Vallis Sustainable Investments I já estava vendedor da Imperial. O processo de venda “está no seu início” e deverá estar concluído “nos primeiros meses de 2019”, confirmou, à data, à “Vida Económica”, Eduardo Rocha, fundador e presidente executivo do Fundo, após ser confrontado com o facto de a empresa de Vila do Conde, liderada por Manuela Tavares de Sousa, ter anunciado essa operação aos seus trabalhadores dias antes do Natal de 2018.

O fundo Vallis Sustainable Investments I admitia então a intenção de venda da empresa, “não porque não esteja satisfeito com o desempenho da mesma, muito pelo contrário, mas porque recebeu, no último ano [2018], abordagens no sentido da compra, por parte de investidores nacionais e internacionais, a quem o trajeto de sucesso da empresa não passou despercebido”. Daí assumirem que organizaram “um processo de venda, cujo mandato foi entregue ao Haitong Bank”.

A empresa de chocolates de Vila do Conde empregava 219 pessoas e registou um volume de negócios de 34 milhões de euros em 2018, cerca de 30% dos quais em 45 mercados internacionais. E previa crescer para os 36,5 milhões de faturação em 2019.

Desconhece-se se o objetivo foi atingido e qual a faturação registada no ano seguinte – 2020. A “Vida Económica”

tentou, sem sucesso, obter essa informação, mas não foram adiantados mais pormenores do negócio, com a alegação de que o mesmo está ainda “sujeito à aprovação das Autoridades da Concorrência”.

Chocolates Valor faturam 138 milhões de euros

Com esta operação em Portugal, a Chocolates Valor, empresa espanhola, líder no setor naquele país, acaba de completar aquilo a que chama “um importante marco” com o acordo para a aquisição da Imperial, que soma quase 90 anos de história. Trata-se, aliás, da primeira operação internacional da Valor, enquadrada no seu atual plano estratégico trienal, que “corroborar o seu compromisso com a expansão iniciada há décadas e que a tem levado a estar presente com os seus produtos em mais

de 60 países”, refere a companhia em comunicado.

Antes desta operação em Portugal, em 2013, a Valor tinha adquirido a fábrica de chocolates Ateca, em Saragoça, assim como as respetivas marcas Huesitos e Tokke.

No período de julho 2019 a junho de 2020, a Valor registou um volume de negócios de 138 milhões de euros, o que representou “um importante crescimento de 10%” relativamente ao ano anterior. A empresa fabrica perto de “22 700 toneladas de produto a partir das suas fábricas” em Villajoyosa (província de Alicante) e Ateca (Saragoça). Detém ainda várias lojas de chocolates, distribuídas por diversos locais em Espanha e em Andorra.

“A aquisição da Imperial é um momento importante para nós, é a concretização de um sonho”, refere Pedro López, Presidente Executivo da Chocolates Valor. Assume que se “tratou de uma

decisão cuidada e que resultou do facto de termos encontrado uma empresa com a qual nos identificamos e que nos complementa. O nosso ‘roadmap’ integra o crescimento orgânico e inorgânico e, nesse sentido, analisamos inúmeras propostas para encontrar o parceiro de viagem perfeito”, acrescenta.

“A Imperial enquadra de forma perfeita todos os requisitos que procurávamos: é uma empresa especialista em chocolate, muito querida e enraizada em Portugal, com marcas de qualidade e tradição, com sabores únicos, com uma sólida estrutura de fabrico, uma boa abordagem ao mercado e com um portfólio complementar ao da Chocolates Valor”, explica o CEO.

O objetivo com esta aquisição, dizem, é “estimular o desenvolvimento dos negócios de ambas as empresas, dentro e fora das suas fronteiras naturais, fortalecendo e valorizando as suas marcas e história, com grande capacidade de adaptação às culturas e hábitos dos distintos consumidores, e maximizando as sinergias de ambas as empresas especializadas como a Chocolates Valor e a Imperial”. O presidente executivo da Valor sublinha, aliás, “o elevado ‘know-how’ de toda a equipa de profissionais da Imperial”.

“Intensificar ainda mais a internacionalização”

A empresa espanhola assume que, neste momento, “tem potencial para responder à procura do mercado nacional e internacional”. A sua adesão à Imperial significa, aliás, “intensificar ainda mais a sua aposta na internacionalização, uma vez que a empresa portuguesa partilha a sua vocação exportadora com a Valor, sendo os seus produtos distribuídos para mais de 50 mercados de todos os continentes”.

Para além disso, esta operação reflete também o “foco na inovação”, que ambas as empresas consideram “uma prioridade estratégica”. No caso da Imperial, a “complementaridade no portfólio de produtos é amplificada pela sua adaptabilidade específica”, o que lhe tem “permitido penetrar em segmentos especiais de mercado como os produtos vegan, proteicos, sem glúten, kosher ou halal, entre outros”.

Por sua vez, a Valor é a segunda marca em Espanha na categoria de tabletes, o principal ‘core’ da empresa. E é líder de mercado em segmentos tão importantes como os chocolates com elevada percentagem de cacau, chocolates sem açúcar, chocolates com nozes, chocolates quentes, assim como snacks com as marcas Huesitos e Tokke. Além disso, posicionou-se recentemente como “um forte ‘player’ em cacau solúvel” com os seus “Autênticos Cacaos”.

Em comunicado, as duas empresas assumem que o objetivo é que esta transação, que se encontra ainda sujeita à aprovação das autoridades, “se complete nas próximas semanas”. Até lá, a fábrica Imperial “continuará a operar como habitualmente”, continuando as instalações e as marcas a ser geridas pela Vallis Capital Partners.

63,7% das mulheres dizem consumir chocolate

Um estudo ‘Target Group Index’ (TGI) da Marktest divulgado a meados de 2020 quantificou, em 2019, em cinco milhões e 93 mil os indivíduos que referiram ter consumido tabletes de chocolate ou em snacks nos últimos 12 meses. O número representa 59,5% dos residentes no Continente com 15 e mais anos.

O mesmo estudo indicava que o consumo de chocolate era maior junto da população feminina, sendo que 63,7% das mulheres diziam consumir chocolate, enquanto 54,8% dos homens também afirmaram fazê-lo. Os indivíduos entre os 25 e os 34 anos registavam uma taxa acima da média nacional (61,3%).

Considerando o período 2008-2019, a Marktest observou que a tendência era para a diminuição do número de consumidores de chocolate de leite face ao aumento do número de consumidores de chocolate preto.

Os dados mostram que este consumo é maior junto da população feminina, com 63,7% das mulheres a indicarem que consomem chocolate. A faixa etária entre os 25 e os 34 anos era a que registava um maior consumo, com 61,3%.

Os dados e análises citados fazem parte do estudo TGI, propriedade intelectual da Kantar Media, e do qual a Marktest detém a licença de exploração em Portugal.

Em Espanha, por sua vez, a produção de chocolate está a aumentar cada vez mais. Dados publicados na imprensa espanhola em outubro de 2020 referiam que a produção da categoria de cacau e chocolate aumentou 2,6% em volume face ao ano anterior. Isso deveu-se em parte ao impulso das exportações, que atingiram as 87 mil toneladas.

ProDouro lamenta abandono do Douro “à sua sorte”

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A ProDouro - Associação dos Viticultores Profissionais do Douro, criada em 2015 pela Real Companhia Velha e a The Fladgate Partnership para “incentivar e apoiar uma nova dinâmica no processo de reorganização da vitivinicultura” na Região Demarcada do Douro (RDD), apresentou várias propostas para “atenuar os efeitos” da crise pandémica na atividade das empresas vitivinícolas na região.

A Associação diz que 62% das empresas do Douro tiveram quebra de vendas, 46% (258 empresas) sofreram quebras superiores a 20%, 21% (117 empresas) sofreram quebras superiores a 50% e 63 empresas de um total de 568 operadores da RDD (11%) tiveram quebras de vendas percentualmente superiores às verificadas na transportadora aérea TAP, ou seja, mais de 75%.

Considera, assim, “socialmente imoral e economicamente irresponsável” abandonar as empresas da RDD “à sua sorte” ao excluir o setor dos vinhos das medidas estruturantes e de apoio à economia, nomeadamente no acesso à prorrogação das moratórias bancárias e fiscais. Isto, dizem, “só porque se gene-



ralizou na opinião pública o sentimento de que o setor não foi dos mais atingidos pela crise da pandemia”.

“Será um erro grave, se o nosso Governo resolver fazer vista grossa e olhar apenas superficialmente para o desempenho médio do setor, sem atender às especificidades do seu tecido empresarial”, diz a ProDouro. Nomeadamente, das “empresas mais pequenas ou daquelas que tinham o essencial da sua atividade comercial mais focada em determinados canais, nomeadamente, na restauração, no enoturismo, ou até na venda à porta da propriedade”.

Na área financeira, propõem a prorrogação das moratórias bancárias “até à efetiva recuperação da economia/consumo” e o “reforço das linhas de crédito garantidas pelo Estado, com percentagem a fundo perdido”.

No plano vitivinícola, defendem a manutenção das medidas para o setor criadas em 2020, com “alguns ajustamentos”. Por outro lado, querem o “fomento das ajudas à armazenagem”, adequando o limite máximo de apoio ao volume gerido pelo operador económico (medida do Instituto da Vinha e do Vinho – IVV). E pretendem a manu-

tenção da ajuda à armazenagem para o vinho do Porto (medida do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto - IVDP denominada “benefício de bloqueio” / reserva qualitativa), como “instrumento para garantir manutenção de rendimento do viticultor”.

Por outro lado, e “apesar de, para a ProDouro, não ser prioritária a destilação de crise, será fundamental a possibilidade de acumulação de medidas (VV armazenagem + destilação de crise)”, dizem. Isto, como “forma de garantir a atribuição das ajudas pagas aos operadores”.

A ProDouro lembra que “a impossibilidade de acumular as duas medidas em 2020 originou que as verbas atribuídas não tenham sido esgotadas”. Em consequência, as ajudas pagas de 8,3 milhões de euros para a destilação de crise e de 2,4 milhões para o armazenamento “representaram apenas 60% dos 18 milhões de euros de orçamento previsto”.

A Associação fundada pela Real Companhia Velha e a The Fladgate Partnership e presidida por Rui Soares propõe, também, “pagamentos antecipados das ajudas ao armazenamento de crise e destilação de crise”, medida que é admitida pela Comissão Europeia.

Ficha Técnica: Edição e coordenação: Teresa Silveira | Email: teresasilveira@vidaeconomica.pt | Paginação: Flávia Leitão | Periodicidade: Mensal

INVESTIR NO INTERIOR: APOIOS

15 ABRIL
14h00 - 16h30 (Via Zoom)

FORMADOR

BRUNO ESTEVES, consultor na TAConsulting

BREVE DESCRIÇÃO:

A formação tem como principais objetivos dar a perceber como funciona o P2020 e quais as oportunidades de incentivo existentes, bem como a maximização dos apoios a obter.

INSCREVA-SE JÁ!

E. anabessa@vidaeconomica.pt
• T. 223 399 400/27

VALOR INSCRIÇÃO

Assinantes VE €41 +IVA
Público em Geral €49 +IVA



PROGRAMA

- 1. Como funcionam os incentivos do P2020**
 - Onde são publicados os avisos;
 - Realizar uma candidatura;
 - Como e quando sabemos se uma candidatura foi aprovada;
 - Quando e como se dá o início do projeto;
 - Quanto tempo dura um projeto;
 - Como se fazem os pedidos de pagamento ou reembolso;
 - Quanto tempo demoram os projetos e os pagamentos;
 - Obrigações dos empresários.
- 2. Caracterização dos incentivos existentes em função da natureza dos investimentos**
- 3. Montar um projeto à luz do P2020**
 - Incentivos ao investimento corpóreo (empreendedorismo qualificado e inovação produtiva);
 - Incentivos ao desenvolvimento da empresa (qualificação empresarial);
 - Incentivos ao emprego;
 - Incentivos à internacionalização;
 - Que incentivos podem ser obtidos (fundo perdido / empréstimos).
 - Requisitos que os projetos devem cumprir;
 - Despesas elegíveis;
 - Montar um plano de investimentos;
 - Montar o plano estratégico;
 - Valorizar o projeto para aprovação.

Com a organização de:



Com o apoio de:



“Há que promover uma região demarcada do medronho para alavancar o setor”

O medronho, produto endógeno da Beira Baixa, está a ganhar nova vida pela mão de um "chef" de cozinha. Artur Norberto, administrador executivo da Quinta das Olelas, em Retaxo, Castelo Branco, que viu travada a atividade devido às restrições da pandemia, reinventou-se. Deu largas à imaginação e pôs mãos à obra. Pegou em medronhos, juntou-lhes chocolate, arte e conhecimento e fez nascer trufas de licor e de aguardente.

À “Vida Económica”, Artur Norberto garante que o fruto “tem um potencial económico muito grande” e deixa um repto às autarquias beirãs: “Há que promover uma região demarcada do medronho para alavancar o potencial do setor”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



O “chef” Artur Norberto foi ao Palácio de Belém entregar em mãos ao Presidente da República trufas de licor e de aguardente de medronho da sua autoria.

O Presidente da República recebeu Artur Norberto em Belém, a 2 de março. Provou as trufas de licor e aguardente de medronho e, diz o “chef”, ficou “muito satisfeito”.

A ideia de entregar em mãos as trufas a Marcelo Rebelo de Sousa “foi uma resposta ao desafio lançado no ano passado pelo Presidente”. Tudo surgiu “quando me lembrei de ter visto uma reportagem em que Presidente da República dizia ser fã do medronho e lançava o desafio para se aproveitar mais as suas potencialidades, que era um produto pouco explorado em Portugal”, conta Artur Norberto.

Bastaram dois telefonemas. O primeiro partiu do “chef” a solicitar uma audiência com o Presidente para mostrar o seu produto. “Pediram-me para enviar um email a apresentar o projeto e que iam ver o que podiam fazer”, conta. No dia seguinte, foi surpreendido com uma chamada do próprio Marcelo Rebelo de Sousa, que se mostrou “disponível” para o receber em Belém e “muito interessado em conhecer” as trufas.

Para além do mercado nacional, através de encomendas online, nas redes sociais e por telefone – “só no Dia da Mulher, a 8 de março, demos a provar 5000 trufas” –, os bombons de licor e aguardente de medronho também já estão a ser vendidos para o estrangeiro. Brasil, Itália, Suíça, França e Suécia estão entre os países para onde estão a ser exportados. Até ao fim do ano, o “chef” da Quinta de Olelas tem a expectativa de vender “20 mil caixas”, cerca de “duas toneladas”.

E Artur Norberto tem planos para crescer. Está “a preparar um terreno” com cerca de 4,5 hectares para mais produção própria de medronhos e tem “vários novos produtos pensados” para alavancar o negócio. Uma cerveja artesanal de medronho acaba de ser lançada no mercado, “em parceria com uma cervejeira”, e também está “a trabalhar” na produção de trufas sem álcool, com incorporação de “creme

de medronho” no chocolate. “Estamos na fase de afinar a cor”, revela à “Vida Económica”.

Artur Norberto não tem dúvidas: “este fruto tem um potencial económico muito grande”. Confessa-se, porém, “sozinho e triste”. “Não me sinto acarinhado”, desabafa.

Clarifica que não quer que o levem “ao colo”, mas gostava de ter “outro reconhecimento” do seu trabalho, da inovação que trouxe ao setor do medronho e, acima de tudo, queria “mais marcas no mercado”, que ajudassem a “captar visitantes para região”, e que as autarquias da Beira Baixa trabalhassem para criar “uma região demarcada, uma rota do medronho”, para “elevar” o território e todo o seu potencial económico, gastronómico e turístico.

Lamenta, porém, que as câmaras municipais – Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão, Sertã, Oleiros, Castelo Branco e outras – não olhem “de forma estruturada” para este fruto e não o trabalhem de forma concertada para “potenciar o setor”, criando, até, “uma destilaria municipal” para ajudar ao escoamento e à transformação em produtos de elevado valor acrescentado. Afinal, diz, “o medronho é muito mais do que aguardente”.

Redução da carga fiscal sobre a aguardente de medronho

A medida de desagravamento fiscal sobre bebidas espirituosas fabricadas a partir de medronho, aprovada pelo Parlamento em novembro de 2020, no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para este ano, vem “ajudar” a dar visibilidade ao medronho, admite Artur Norberto. Mas isso não chega, diz. E acrescenta: “Os políticos têm muita culpa que isto não funcione; os nossos políticos não sabem ‘vender’ a região”.

Recorde-se que a redução para 25% do imposto sobre o álcool relativo aos produtos fabricados exclusivamente a partir de frutos do medronheiro, produzidos nos territórios do centro interior do país, no norte alentejano, no sul do distrito de Beja e na serra algarvia foi proposta pela deputada do PSD Cláudia André, eleita pelo círculo eleitoral de Castelo Branco. Veio a ser aprovada com o voto favorável de todos os partidos, com exceção do PS, que votou contra.

Citada à data pela imprensa regional de Castelo Branco, Cláudia André não escondeu a satisfação pela aprovação

da medida. Afirmou que, “durante a campanha eleitoral, ouvimos alguns micro-produtores de aguardente de medronho e percebemos que era muito difícil tornar a produção rentável pela pequena escala do negócio e pela forma tradicional de a produzir”.

A deputada disse esperar que a redução do imposto “incite os produtores florestais a preservarem e rentabilizarem os medronheiros que, de forma espontânea ou ordenada, crescem na floresta da região”, de modo a que tal “se reflita na reflorestação e rentabilidade da floresta e das pequenas empresas produtoras do Pícnhal Interior”.

E as trufas de aguardente e licor de medronho, que “surprenderam o mercado” a partir de um produto endógeno da Beira Baixa, são “uma forma original de valorizar um produto a que, atualmente, pouca atenção se dá ainda”, diz Artur Norberto. Uma valorização que, garante, transporta os consumidores para os sabores e aromas da gastronomia beirã.

“Alguns amigos aqui da região muitas vezes perguntam-me como é que nunca ninguém se lembrou de fazer algo similar”, conta o “chef”. E explica como tudo aconteceu, revelando que a ideia surgiu quando fazia uma replantação de medronheiros na quinta que estavam “completamente desordenados”.

Diz que “foi necessário cortar alguns, replantar outros, dar alguma simetria à plantação” e que, durante esse processo, um dia deparou-se com um ninho caído no chão, com medronhos secos. “Achei piada ao conjunto e pensei que poderia ser muito interessante reproduzi-lo com chocolate”.

Ali nasceu a ideia das trufas. Que, com os sucessivos confinamentos ao longo do último ano e a atividade principal da quinta praticamente parada, ganhou forma. “Acredito que quem fizer diferente, quem inovar nesta fase de confinamento, vai estar mais bem posicionado aquando da reabertura”, realça Artur Norberto.

“Quis que os bombons carregassem as memórias do que é almoçar na nossa quinta ou, para quem ainda não a conhece, que despertasse o desejo de a conhecer”, refere o “chef” beirão, acrescentado que também procurou “despertar um certo sentimento de nostalgia aproveitando os sabores característicos de um fruto muito conhecido nesta região, que enquanto fresco requer especiais cuidados de conservação, mas que tem um grande potencial gastronómico”.

A partir desta base, garante, foi fácil encontrar os parceiros certos para desenvolver o negócio, nomeadamente a escolha do fornecedor de chocolate. “Era preciso perceber bem o que havia no mercado”. Contudo, como já trabalha com estes fornecedores há algum tempo, “foi fácil acertar detalhes e estratégias para o desenvolvimento do produto”. Cerca de seis meses depois, as trufas de licor e aguardente de medronho vieram a luz do dia.

